

Ata da 5ª Sessão Ordinária

Nos quinze dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, nesta cidade de Teresopolis, Estado de Minas Gerais, em o Edifício de Prefeitura, da Câmara dos Vereadores, reuniu-se a Câmara Municipal, convocada pelo Sr. Presidente em conformidade com os estatutos da mesma autarquia. A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos: 1ª - O Sr. Presidente declarou aberta a sessão e deu ordem para se proceder a chamada, a qual compareceram os seguintes vereadores: João Vidal Vilho, Aristides Paiva, Helio Torralva, João Maria Lourenço, Julio Cesar de Oliveira, João Salvia, José de São Ribeiro, Luiz Corvalho, Otonio Lopes Vilho, e Silvestre Soares de Carvalho; faltou o vereador João Braga, furlão. Feita a chamada e havendo o número legal, o Sr. Presidente mandou se proceder a leitura da Ata da Sessão Anterior, que foi aprovada por unanimidade, com a seguinte emenda proposta pelo Sr. Salvia: Que se queira o seu ponto de vista, os pontos fin

com a reforma do prédio do Mercado Municipal ora-
ilaxis, porém realizado com boa vontade e hausti-
dade, sendo por isso, laborioso". Expediente do
Ata: - Indisponibilidade do Excmo. Sr. Governador do Est.
do, apresentando comunicação a respeito da oblição de
Ata do Sr. Câmara: "Arquivar". Ofício n.º 225/56
do Sr. Prefeito Municipal, solicitando autorização
para se fazer em horta pública um arado velho e estor-
gado: "Lancada a autorização solicitada, por mu-
nicipalidade, ofício-se comunicando". AMPLIAÇÃO
de Indicações, Indicações, Indicações e Indicações:
- O senhor vereador Hilio Foresti, requi-
reu por ofício ao Sr. Prefeito Municipal, so-
licitando a compra e a entrega "Vergueira-
Três Pontas" a qual se encontra em estado próximo
de conservação e inutilizável: "Apresentado por
municipalidade, ofício-se de acordo com o requeri-
mento do Sr. vereador Hilio Foresti". O senhor
vereador Hilio Foresti, depois, vereador Frei Dalio
apresentou um projeto de lei dispensando sobre isen-
ção de impostos de Indicações e Indicações aos Ci-
vís e Indicações Indicações, bem como ao Bra-
ço do Brasil SA: "A Comissão de Finanças, Justi-
ça e Legislação". AMPLIAÇÃO de Indicações
das Indicações: - O senhor vereador Frei Dalio
apresentou a sua justificativa
de voto contrário ao Projeto de Indicações da Comi-
ssão de Finanças, Justiça e Legislação, relativa-
mente à Indicação de Indicações do Exercício de
1955, concordando os seus pares e apresentando in-
tegramente as razões do senhor Prefeito, por re-
gras e reobediência por apresentarem a partes fei-
tas com obras que atenderam a vontade e ao bem

enter da nossa população. Pediu a palavra
o senhor vereador João Thad. Filho e disse o seguinte:
Sr. Presidente. - Mais uma vez, em nome
da bancada do Partido Social Democrático, quero
declamar alto e bom som, que a aprovação das
contas do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, não co-
stitui para nós, absolutamente questões políti-
ca. Houve irregularidades em uma parte das des-
pesas feitas, estamos cumprindo o nosso dever
de representantes do povo, procurando fazer
a coisa certa e como deve ser. A responsabi-
lidade de tudo que ocorreu nesta casa, recai so-
bre nossa bancada, por nossa maioria. Logo, n-
ão é que foi feito aqui, ficariamos e naturais
registrados nos livros de Bancas Municipais,
as quais poderão ser consultados não só pelos
contemporâneos, mas ainda por aqueles que
virão e que serão nossos juizes, quando aqui
não estivermos para justificar nossos mani-
gêncios. - Mais uma vez, parabéns e re-
conhecemos que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal
é um valor moral, cujo nome, jamais servi-
ria para receber um ato menos nobre e
menos digno. E visto, não lhe fizemos favor
algum. O Vargador foi o Sr. Camargo rapor-
teu que a sua justificativa de voto fosse jui-
cada ao parecer do Sr. Presidente do Tribu-
nal de Contas do Estado, com referência e
aprovação das Contas do Exmo. Sr. Prefeito Mu-
nicipal. O senhor vereador João Thad. Camar-
go pediu a palavra e declarou ao Sr. Presiden-
te informar que o parecer não ser enviado ao
Tribunal de Contas, antes ou depois da votação

das Contas. O mesmo Presidente informou, que se
 foi remetido depois da votação. O mesmo vereador
 Sr. Salis disse que examinava as Contas do Sr.
 Prefeito Municipal por, achá-las de acordo e justifi-
 cadas. Que parecia, na parte dos gastos feitos
 com a reforma do prédio do Mercado, bem como
 foram realizados devidamente, porém o foram
 com a melhora das instalações, sendo por isso tolerá-
 veis. Que já houve precedentes nesta Câmara, quan-
 do o mesmo aprovou, na gestão do ex. Prefeito -
 Sr. Balthazar de Vilhena, contas feitas sem a devida
 autorização legislativa. O mesmo Sr. Salis
 disse que o em daquela época se deu de
 sermo de de agora. Que o Prefeito realizou
 gastos por ordem do governador do Estado, Sr.
 Abílio Campos, sendo que, posteriormente, o Es-
 tado se negou a pagar tais despesas, sendo as-
 sim a Câmara que abriu o orçamento, medida
 especial para pagar aos respectivos pagamen-
 tos dos gastos realizados. Então em votação o Vere-
 ator Sr. Quinto de Figueiras, Justiça e Legislação,
 com referência as Contas do ex. Prefeito, relativas
 ao exercício de 1955, foi o mesmo aprovado
 por cinco a quatro (5 x 4), em 1.ª (primeira)
 discussão. "Voto a ordem do dia de agora, requi-
 te, em 2.ª (segunda) discussão". O mesmo Sr.
 Salis disse assim: - Projeto lei que
 dispõe sobre inexistência de impostos às indústrias
 locais e que aqui não tenham similar. O
 mesmo Sr. Salis Ribeiro requereu anula-
 ção da votação anterior, baseada na Lei n.º 28-
 de 1954 II - artigo 46 - V - e artigo 71 - V -
 Surgiram então vários debates a respeito. O

vereador José Américo Guimarães requereu fôrme do
bureau do arquivo do Bureau e fôrme de se veri-
ficar si havia lei disposta sobre criação
de impostos a Propulsa. Total 114. - Negativa
a fôrma, nada foi encontrado a respeito.
O vereador Luiz Aurallie apresentou uma
justificativa sobre o projeto lei apresentado, as
municipais de impostos municipais - O re-
querer vereador José de Paiva Ribeiro requereu
votação nominal para o projeto em questão.
Negado por cinco a quatro (5x4) e a votação
do vereador José de Paiva Ribeiro - Fôrta em
votação o projeto lei disposta sobre criação
de impostos as indústrias, foi o mesmo reprova-
do por 7x2 (sete a dois) em 2ª discussão: "Pa-
ra a ordem do dia em 3ª (terceira) e última dis-
cussão" - Projeto lei que dispõe sobre criação
de escola municipal no lugar denominado
"SERRA": "Aprovado por unanimidade, em 2ª (se-
gunda) discussão, para a ordem do dia em
3ª (terceira) e última discussão." - Orelha
do D. M. para a reunião seguinte: - Pres-
tação de contas do Exercício de 1955 - Pro-
jeto lei que dispõe sobre criação de impostos
municipais as indústrias, lojas e que aqui
não tenham similar - Projeto lei que dispõe
sobre criação de escola municipal no lugar
denominado "SERRA" - Nada mais havendo a tra-
tar foi encerrada a sessão e convocada sobre
para o dia 22 do corrente mês, quinta-
feira, a horas regulares - O para o dia
em 22 de 1955. Secretário do Bureau
Luiz e presente até que sai por meio próprio

Fr 19
Lata

de e pelos seguintes senhores presentes à sessão.

Julio Cesar de Oliveira

~~Jose Dely~~

João Victor Filho

Odine Dunga Furtado

Alfredo Dias de Camargo

João Dunga Furtado
José de Paula Ribeiro

Jose Amis Camargo

~~Lyly~~
Aristides Paiva